CONSTITUIÇÃO DA
IGREJA ANGLICANA TRADICIONAL

Adotada por unanimidade pelo Colégio dos Bispos em sessão plenária em Calgary, Alberta, Canadá, em 6 de junho de 2019; e posteriormente ratificada por unanimidade pelos Sínodos Gerais das Igrejas e Províncias da Comunhão Anglicana Tradicional em 2019 e 2020.

Alterado pelo Colégio de Bispos e posteriormente ratificado pelo Sínodo Geral da Igreja Anglicana Tradicional em 21 de maio de 2025 na Catedral de São Jorge em Columbus, Geórgia, Estados Unidos da América.

PREÂMBULO

DETERMINADOS a manter a continuidade ininterrupta de nossa tradição dentro da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica de Jesus Cristo desde o seu início até os dias atuais, especialmente conforme expresso nos preceitos dos Concílios Ecumênicos da Igreja Indivisa;

ESTABELECIDOS em nossa identidade particular de história, caráter e propósito dentro da tradição constante da Igreja desde sua chegada às Ilhas Britânicas nos primeiros séculos cristãos, e conforme expresso em seus formulários tradicionais; e

PERANECENDO em comunhão com todas as Igrejas, Províncias e Dioceses em todo o mundo que foram estabelecidas e são fiéis à mesma tradição constante, à qual a histórica Cátedra de Santo Agostinho em Cantuária é chamada a testemunhar:

NÓS, o Colégio dos Bispos, com a concordância do clero e dos leigos da Comunhão Anglicana Tradicional, reconstituímos a atual Comunhão em uma Igreja mundial dentro da histórica tradição anglicana, com a política, estrutura e disciplina aqui fornecidas.

Declaramos ainda que esta Igreja deseja estar em plena comunhão com toda a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica de Cristo e, no esforço de promover a Unidade dos Cristãos, continuará a considerar como base mínima para tal unidade a partilha de Escrituras, Credos, Sacramentos, Moralidade e Ministério conforme declarado na Afirmação de São Luís.

1. NOME

1.1 Esta Igreja, que é a continuação da Comunhão adotada e formada pela Concordata celebrada na Festa de São Miguel e Todos os Anjos, 29 de setembro de 1990 em Victoria, British Columbia, Canadá, será conhecida como 'A Igreja Anglicana Tradicional'.

1.2 O termo 'tradicional', usado neste contexto, refere-se àquele testemunho vivo do Espírito dentro da Igreja, pelo qual sua continuidade é assegurada de geração em geração. É descrito em uma carta de 1718 DC dos Patriarcas Orientais aos Não Jurados Ingleses:

> "Preservamos a Doutrina do Senhor incorrupta e aderimos firmemente à Fé que Ele nos deu, e a mantemos livre de mácula e diminuição, como um Tesouro Real e um monumento de grande valor, sem acrescentar nada, nem tirar nada coisa disso;"

e por São João de Damasco:

> "Não mudamos os limites eternos que nossos pais estabeleceram, mas mantemos a Tradição, assim como a recebemos."

2. AS PROVÍNCIAS

2.1 As Províncias da Igreja Anglicana Tradicional são aquelas estabelecidas no Anexo 1 e aquelas admitidas de tempos em tempos de acordo com a Seção 8 desta Constituição.

2.2 Qualquer Província desta Igreja será livre para continuar a designar seu Metropolita ou Bispo Presidente, Sínodo Provincial e suas várias Casas, juntamente com o clero e seus oficiais, por qualquer nome ou nomes, bem como para continuar a designar a composição e autoridade disso, ou ambos, conforme o caso, que devem ter sido habituais na Província em questão; desde que o mesmo não infrinja ou esteja em conflito com esta Constituição.

3. DECLARAÇÕES FUNDAMENTAIS

3.1 Na firme convicção de que "seremos salvos pela graça do Senhor Jesus Cristo" e que "não há outro nome debaixo do céu, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos", reconhecemos nosso dever de proclamar a verdade salvadora de Cristo a todos os povos, nações e línguas.

3.2 Nós reconhecemos a regra de fé estabelecida por São Vicente de Lérins: "Vamos manter o que foi acreditado em todos os lugares, sempre e por todos, pois isso é verdadeira e propriamente católico." Consequentemente, declaramos nossa intenção de manter firme a Fé Una, Santa, Católica e Apostólica de Deus e transmiti-la intacta à nossa posteridade.

3.3 Defendemos e mantemos todos os princípios doutrinários, morais e outros teológicos estabelecidos na Declaração de Anglicanos leais reunidos no Congresso de São Luís, Missouri, Estados Unidos da América no ano de 1977, geralmente conhecido como A Afirmação de São Luís.

3.4 Cada Província desta Igreja terá autoridade para adotar suas próprias Declarações Fundamentais ou Solenes consistentes com a Afirmação de São Luís e esta Constituição, contanto que cada Província desta Igreja faça e renuncie expressamente a qualquer autoridade para emendar ou afastar-se de qualquer maneira substantiva de as Declarações Fundamentais aqui contidas, ou para derrogar a Sagrada Escritura, ou para determinar unilateralmente qualquer questão de Fé ou Ordem, a autoridade para determinar tal residir no Colégio dos Bispos desta Igreja agindo com o conselho do Sínodo Geral.

4. PRINCÍPIOS REGULAMENTARES

4.1 Esta Igreja retém e aprova os formulários da tradição anglicana clássica autorizada antes do surgimento, dentro de algumas Igrejas ou Províncias da 'Comunhão Anglicana', daqueles afastamentos da Fé e Prática ortodoxa que tornaram necessária e precipitaram a adoção da Afirmação de São Louis.

4.2 Esta Constituição será a Constituição de toda a Igreja Anglicana Tradicional e será obrigatória para cada Província e Diocese da mesma.

4.3 Esta Igreja recebe plenamente e está vinculada, tanto quanto ao Costume quanto à Lei Canônica Geral, pela Lei Comum da Igreja recebida por meio da Igreja da Inglaterra.

4.4 O padrão de Fé e Adoração desta Igreja é aquele expresso no primeiro Livro de Oração Comum, e Ordinal, de Eduardo VI e nas seguintes revisões:

(A) A Igreja da Inglaterra, uso de 1662, e suas traduções autorizadas;

(B) A Igreja Anglicana do Canadá, uso de 1962;

(C) A Igreja Episcopal Protestante nos Estados Unidos da América, uso de 1928, e suas diversas traduções autorizadas, em particular a Oración Común, uso de 1928;

(D) A Igreja da Índia, Paquistão, Birmânia e Ceilão, uso de 1963 com seu Suplemento autorizado;

(E) A Igreja da Irlanda, uso de 1926, com os Cânones alterados em 1989/90 (mas excluindo o Cânon 21a);

(F) A Igreja da Província da África do Sul, uso de 1954;

(G) A Igreja Episcopal Escocesa, uso de 1929; e

(H) A Igreja no País de Gales, uso bilíngüe de 1984.

4.5 O Livro Depositado da Igreja da Inglaterra de 1928 e quaisquer outras edições ou revisões do Livro de Oração Comum onde tal tenha sido ordenado por autoridade legal podem continuar em uso em qualquer Igreja, Província ou Diocese Anglicana admitida nesta Igreja, desde que as referidas edições ou revisões em conformidade com os padrões de Fé e Adoração estabelecidos nesta Constituição.

4.6 Esta Igreja reconhece e respeita o direito e a responsabilidade de cada Província de ordenar seus próprios assuntos legislativos e administrativos internos de acordo com a lei e os costumes locais, e não incompatível com esta Constituição e os Cânones desta Igreja.

4.7 Além da autoridade final para determinar questões de Fé Católica e Ordem Apostólica (autoridade que reside em virtude da natureza do ofício episcopal no Colégio dos Bispos agindo, no entanto, não independentemente de toda a Igreja, mas com o conselho do Sínodo Geral), esta Igreja não toma para si nenhum poder para estabelecer qualquer autoridade legislativa ou judicial inibindo as Províncias desta Igreja de estabelecer tais sínodos e tribunais locais ou adotar tais constituições e cânones locais que possam ser apropriados para sua boa ordem e governo.

5. O PRIMAZ

5.1 Haverá um Primaz da Igreja Anglicana Tradicional que presidirá a caridade, não como um prelado, mas no sentido patrístico como um irmão idoso, possuindo um título de honra e não de jurisdição.

5.2. O Primaz será o principal executivo do Colégio dos Bispos e o Presidente do Sínodo Geral; e será responsável perante o Colégio pelas suas responsabilidades e autoridade pastorais, conforme previsto nesta Constituição. Salvo disposição em contrário nesta Constituição ou nos Cânones desta Igreja, exercer os poderes, deveres e responsabilidades de seu cargo somente por e com o conselho e consentimento do Colégio dos Bispos ou do Sínodo Geral, conforme o caso.

5.3 O Primaz será eleito por maioria de votos do Colégio dos Bispos desta Igreja entre os seus membros como Bispos Ordinários das suas Dioceses.

5.4 Em qualquer eleição do Primaz, o nome de cada Bispo Ordinário desta Igreja aparecerá na primeira cédula. Seguindo um método de votação acordado pelo Colégio dos Bispos, serão realizadas três votações. A primeira reduzirá pela metade o número de candidatos. A segunda reduzirá para dois o número de candidatos restantes. O terceiro determinará a eleição. Caso a terceira votação seja um empate, novas cédulas ocorrerão até que uma eleição seja determinada.

5.5 O Primaz recém-eleito servirá por um período de cinco anos, ou até que se aposente ou renuncie ao cargo de Bispo Ordinário, morra, fique incapacitado, ou seja removido do cargo por um voto de não menos que dois terços do Colégio dos Bispos. Ele será elegível para ser reeleito para um ou mais mandatos adicionais de cinco anos.

5.6. Em caso de falecimento, incapacidade ou renúncia do Primaz, o Colégio Episcopal reunir-se-á no prazo de 15 dias, presencialmente ou por via eletrônica, para eleger um dos seus membros para o cargo de Primaz, nos termos das Secções 5.3 e 5.4, que ocupará o cargo pelo restante do mandato do antigo Primaz. Este poderá ser reeleito para um ou mais mandatos adicionais de cinco anos.

5.7 Cada Província desta Igreja contribuirá para o sustento e manutenção temporal do Escritório do Primaz e do Escritório do Secretário do Colégio dos Bispos de acordo com sua capacidade. O padrão bíblico de dez por cento das receitas provinciais deve orientar as províncias na determinação do nível de apoio a ser fornecido.

6. O COLÉGIO DOS BISPOS

6.1 Haverá um Colégio de Bispos desta Igreja, consistindo de todos os Bispos em situação regular e com jurisdição Episcopal ativa nesta Igreja.

6.2 Cada Bispo em situação regular e com jurisdição Episcopal ativa nesta Igreja, de acordo com a Seção 6.1, terá um voto no Colégio dos Bispos; e, além disso, cada Província terá um voto a ser determinado entre os seus Bispos pelo método que escolherem. Votos de maioria concorrentes, tanto entre os Bispos quanto entre as Províncias, serão necessários para determinar uma ação do Colégio dos Bispos.

6.3 O Colégio dos Bispos desta Igreja reunir-se-á em sessão plenária mediante convocação do Primaz, mas em qualquer caso não menos do que uma vez a cada cinco anos, e não duas vezes consecutivas dentro das fronteiras geográficas de qualquer Província desta Igreja (a menos que por justa causa dispensada pelo voto da maioria do Colégio). O Colégio também se reunirá dentro de seis meses após qualquer

petição assinada pela maioria de seus membros ser apresentada ao Secretário do Colégio dos Bispos.

6.4 O Primaz presidirá todas as reuniões do Colégio dos Bispos. Caso o Primaz não possa ou não queira presidir uma reunião do Colégio, os Bispos presentes elegerão entre os presentes um Bispo para presidir a reunião do Colégio.

6.5 Sujeito a esta Constituição, o Colégio dos Bispos pode ordenar os seus procedimentos da forma que considerar adequada.

6.6 No exercício de suas responsabilidades e autoridade pastorais, conforme previsto nesta Constituição, o Colégio dos Bispos, por consenso, pode reunir-se nos locais que julgar adequados para tratar de negócios, e também pode tratar de negócios por meio de telefone, fac-símile, correio eletrônico ou outros meios eletrônicos de comunicação, e os mesmos serão tão válidos e eficazes como se conduzidos e determinados em reunião presencial do Colégio. Todos esses procedimentos devem ser devidamente registrados pelo Secretário.

6.7 O Colégio dos Bispos elegerá um de seus membros para ser seu Secretário, que ocupará o cargo por um período de cinco anos, a menos que antes desse período ele se aposente, renuncie, morra, fique incapacitado, ou seja destituído do cargo por voto da maioria do Colégio . Ele poderá ser reeleito para um ou mais mandatos adicionais de cinco anos. O Secretário será o principal oficial administrativo do Colégio e será responsável perante o Colégio através do Primaz pela administração do Colégio.

6.8 O Colégio dos Bispos pode, de tempos em tempos, estabelecer comitês e, da mesma forma, nomear seus membros e prescrever seus termos de referência, e o tempo e a maneira de seus relatórios ao Colégio. Sujeito aos seus termos de referência, os membros de um comitê podem se reunir e despachar negócios, adiar e de outra forma regular suas reuniões e procedimentos, conforme entenderem, inclusive por telefone, fax, correio eletrônico ou outros meios eletrônicos de comunicação.

6.9 Haverá um comitê permanente do Colégio dos Bispos chamado Comitê de Finanças, que será nomeado e responsável perante o Colégio pela administração financeira, arrecadação de fundos e orçamento operacional do Escritório do Primaz e do Escritório do Secretário do Colégio dos Bispos. Os membros do Comitê de Finanças incluirão os Tesoureiros (ou equivalentes) de tempos em tempos das Províncias desta Igreja, um dos quais será nomeado pelo Colégio para presidir o Comitê de Finanças e ser o diretor financeiro do Colégio dos Bispos.

6.10 A fim de prover apoio mútuo e confiança no e entre o colégio episcopal, será competente para o Colégio dos Bispos considerar qualquer alegação crível de abandono de votos de consagração na vida ou ensino de um de seus membros onde tal abandono, se comprovado , poderia constituir uma ameaça de prejuízo para a relação de *communio in sacris* entre os membros desta Igreja.

(A) Qualquer acusação desse tipo deve ser apresentada primeiro dentro e de acordo com os procedimentos canônicos ou outros da Província do Bispo acusado. Se essa Província falhar ou recusar ou não puder ouvir o assunto, qualquer Bispo que seja membro deste Colégio dos Bispos pode apresentar a acusação perante o Colégio.

(B) O Primaz deve então nomear um Tribunal composto por três membros do Colégio dos Bispos (além do acusado). Um será um bispo escolhido pelo acusado; um será bispo desta Igreja que não seja a do Bispo acusado; o terceiro será o Primaz, que presidirá o Tribunal.

(C) O Tribunal assim nomeado examinará as acusações e recomendará a disposição apropriada ao Colégio dos Bispos. A disposição final do assunto será feita pelo Colégio dos Bispos com uma votação de não menos que dois terços do Colégio.

(D) O Tribunal procederá de acordo com os procedimentos reconhecidos e habituais dos tribunais eclesiásticos na tradição anglicana. Se o Primaz for o acusado, o Bispo Ordinário sênior em ordem de consagração cumprirá seus deveres sob esta disposição.

(E) Qualquer Bispo desta Igreja que for acusado e julgado por um Tribunal de sua própria Província ou Diocese, tendo esgotado todos os procedimentos de apelação disponíveis naquela Província ou Diocese, pode apelar da decisão de tal Tribunal ao Colégio dos Bispos desta Igreja. O Colégio, funcionando de acordo com as disposições desta Seção, atuará como o Tribunal de Apelação final em tais casos.

(F) As Províncias e Dioceses desta Igreja comprometem-se a cumprir as decisões que serão tomadas de acordo com esta disposição.

6.11 Nada contido na jurisdição legislativa do Sínodo Geral ou de um Sínodo de uma Província ou Diocese desta Igreja limitará ou afetará os poderes, jurisdição e autoridade inerentes ao Ofício do Bispo como Apóstolo, Pastor, Profeta, Evangelista e Mestre, ou exercido colegialmente pelos Bispos desta Igreja, exceto que o Cargo e o Governo não devem estar em conflito com esta Constituição.

7. O SÍNODO GERAL

7.1 Haverá um Sínodo Geral para esta Igreja, que terá a jurisdição legislativa geral desta Igreja em todos os assuntos que afetem o interesse geral e o bem-estar de toda a Igreja. Tal jurisdição legislativa estará sujeita e subordinada à Lei Comum da Igreja e a esta Constituição.

7.2 O Sínodo Geral pode promulgar Cânones que não estejam em conflito com esta Constituição, os quais serão obrigatórios para os Bispos, Clero e Leigos desta Igreja; providenciar a execução dos referidos Cânones; providenciar a administração geral desta Igreja de acordo com esta Constituição; receber dinheiro das Províncias e Dioceses e outras fontes; e estabelecer um tesouro e gaste fundos dele conforme necessário.

7.3 O Sínodo Geral consistirá de três Casas:

(A) O Colégio dos Bispos, composto pelos Bispos de acordo com a Seção 6.1;

(B) A Casa do Clero, composta por um clérigo de cada Diocese escolhido de acordo com os seus Cânones Diocesanos;

(C) A Casa dos Leigos, composta por um delegado leigo de cada Diocese escolhido de acordo com seus Cânones Diocesanos.

7.4 O Sínodo Geral realizado pela primeira vez após a adoção desta Constituição, bem como qualquer Sínodo Geral subsequente, terá autoridade para determinar pelo Cânon o número de delegados clérigos e leigos de cada Diocese estabelecido em 7.3, desde que haja pelo menos um clérigo e um delegado leigo de cada Diocese.

7.5 Os oficiais e regras de procedimento do Sínodo Geral, e de cada Casa, serão os previstos pelo Cânon desta Igreja.

7.6 O Primaz e qualquer Bispo desta Igreja, bem como qualquer Casa do Sínodo Geral, podem iniciar legislação; e a maioria dos votos dos presentes e votantes em cada Casa, havendo um quórum canônico presente nela, será suficiente para sua aprovação.

7.7 O Sínodo Geral não promulgará nenhum Cânon nem exercerá qualquer autoridade sobre a propriedade, fundos, fundos ou finanças de qualquer Província ou Diocese desta Igreja; nem impor qualquer responsabilidade financeira ou taxa a qualquer Província ou Diocese desta Igreja.

7.8 Nenhum Ato ou Cânon do Sínodo Geral terá força ou efeito a menos que seja consentido pelo Primaz, e tal Assentimento não será negado levianamente nem sem a mais grave causa. A razão para qualquer retenção de Consentimento deve ser declarada por escrito.

7.9. No caso de o Primaz negar seu consentimento a um Ato ou Cânone do Sínodo Geral, o assunto será levado à próxima reunião regular do Sínodo Geral, quando, se o mesmo for aprovado por pelo menos dois terços dos presentes e votantes em cada Câmara, será considerado uma Lei ou Cânone válido com pleno vigor e efeito.

7.10 O Sínodo Geral se reunirá mediante convocação do Primaz, mas em qualquer caso não menos do que uma vez a cada cinco anos. O Sínodo Geral pode determinar pelo Canon o método de seleção do local e hora da reunião do Sínodo Geral. Uma circular de convocação, contendo a agenda e os documentos de apoio, será emitida ao Colégio dos Bispos, Províncias e Dioceses desta Igreja pelo menos três meses antes da convocação de cada Sínodo Geral.

7.11 Sujeito a esta Constituição e a quaisquer Cânones do Sínodo Geral, o Colégio dos Bispos exercerá a autoridade legislativa e administrativa geral sobre esta Igreja entre as reuniões do Sínodo Geral.

7.12 O Secretário do Colégio dos Bispos deve relatar todos os assuntos ou atos feitos pelo Colégio dos Bispos de acordo com a Seção 7.11 ao Sínodo Geral seguinte. O Sínodo Geral pode proibir qualquer questão ou ato do Colégio dos Bispos por maioria de votos dos membros presentes e votantes em duas das três Câmaras.

8. ADMISSÃO A MEMBRO

8.1 Somente Igrejas, Províncias, Dioceses ou outras jurisdições eclesiásticas apropriadas, que aceitam os termos e princípios do Preâmbulo, Declarações Fundamentais e Princípios Reguladores desta Constituição podem ser admitidos como membros desta Igreja.

8.2 A petição para adesão deve ser feita em primeira instância ao Secretário do Colégio dos Bispos de acordo com o Procedimento para Admissão de Igrejas Aspirantes à Igreja Anglicana Tradicional adotado pelo Colégio dos Bispos. Uma vez concluído o procedimento de admissão, o pedido deve ser apresentado pelo Secretário ao Primaz e ao Colégio dos Bispos para consideração e aprovação. No caso de um Bispo individual que queira ser admitido nesta Igreja, o mesmo procedimento deve ser seguido com as modificações necessárias.

8.3 Após o recebimento de tal petição e documentos de apoio, o Secretário encaminhará a petição sem demora ao Primaz para consideração do Colégio dos Bispos. Antes de aceitar a petição de adesão, o Colégio dos Bispos deve tomar cuidado especial para verificar a continuidade e integridade da Fé e da Ordem dentro do corpo solicitante, fazendo as investigações necessárias com espírito de caridade.

8.4 Após a devida consideração, o Colégio dos Bispos determinará, pelo voto de não menos que três quartos do Colégio, se deve ou não admitir o corpo peticionário a esta Igreja.

8.5 Após um voto afirmativo do Colégio dos Bispos de acordo com a seção 8.4, o Primaz admitirá o corpo peticionário como membro provisório desta Igreja.

8.6 Os bispos em situação regular e que detenham ativamente a jurisdição episcopal no corpo peticionário assim admitido terão assento e voz, mas não voto, no Colégio dos Bispos até que o membro provisório cesse e comece a ser membro pleno.

8.7 Para qualquer Igreja, Província ou outra jurisdição eclesiástica assim admitida nesta Igreja, a filiação provisória cessará e a filiação plena começará após a ratificação de tal admissão pelo Sínodo Geral seguinte.

8.8 No caso de uma Igreja, Província, Diocese ou outro corpo eclesiástico, buscando admissão nesta Igreja, ou de um Bispo individual, conforme o caso, não estiver geograficamente localizado dentro de uma Província ou Diocese existente desta Igreja, a aprovação da admissão incluirá uma determinação do Colégio dos Bispos sobre a anexação da mesma a uma das Províncias ou Dioceses existentes desta Igreja.

9. RETIRADA DE ASSOCIAÇÃO

Cada Província desta Igreja enumerada no Anexo 1 deverá comprometer-se, e qualquer Igreja, Província ou outra jurisdição eclesiástica que busque a adesão a esta Igreja deverá igualmente comprometer-se a não se retirar desta Igreja, exceto por um voto concordante de dois terços de cada Casa de seu mais alto Sínodo ou corpo equivalente.

10. EXPULSÃO DE MEMBRO

10.1 Quando se tornar evidente para o Colégio dos Bispos que qualquer Província, Diocese ou Bispo da mesma é responsável por promover ou endossar qualquer doutrina, ensino ou outra atividade contrária às Declarações Fundamentais ou Princípios Regentes desta Constituição, será competente para o Colégio dos Bispos para tratar desse assunto por meio de:

(A) Educação e persuasão moral; e/ou

(B) Redução do número de membros da Província ou Diocese em questão de total para provisório; e/ou

(C) Suspensão ou expulsão de qualquer um ou de todos os Bispos da Província ou Diocese em causa como membros do Colégio dos Bispos; e/ou

(D) Suspensão ou expulsão da Província ou Diocese em questão da membresia desta Igreja, conforme o caso exigir, e conforme disposto a seguir.

10.2 Nenhuma causa para redução de membros, suspensão ou expulsão deve ser considerada, a menos que seja apoiada por uma declaração formal por escrito apresentada ao Secretário do Colégio dos Bispos, assinada por pelo menos três membros do Colégio.

10.3 Esta Igreja conta com seu Colégio de Bispos para tomar as medidas que forem apropriadas e necessárias para proteger a integridade da Fé, Ordem e Disciplina da Igreja Santa, Católica e Apostólica de Cristo em toda esta Igreja particular, e conduzir quaisquer investigações pertinentes a isso com decoro, caridade e eqüidade, de acordo com os preceitos do Evangelho e as disposições desta Constituição.

11. ESTABELECIMENTO DE NOVAS PROVÍNCIAS

11.1 O Colégio dos Bispos, com a subseqüente concordância do próximo Sínodo Geral, terá autoridade para criar e estabelecer Províncias adicionais nesta Igreja, seja de uma Igreja, Província, Diocese ou outro corpo eclesiástico recém-admitido, ou de uma combinação de existentes Províncias ou Dioceses desta Igreja.

11.2 Uma Província estabelecida de acordo com esta Seção terá autoridade para adotar sua própria Constituição e Cânones em conformidade com a Constituição e os Cânones desta Igreja.

11.3 No caso de não haver um Bispo ou Bispos em sucessão apostólica de uma Província recém-criada estabelecida sob esta Seção, as disposições da Seção 12 desta Constituição serão aplicadas *mutatis mutandis*.

12. CRIAÇÃO DE NOVOS BISPODOS

12.1 Sem prejuízo da boa ordem interna e do governo das Províncias desta Igreja, mas tendo em conta:

(A) A tradição de consentimento para a expansão do episcopado, e

(B) A necessidade de prover coesão e estabilidade no desenvolvimento desta Igreja e suas várias Províncias e Dioceses, e nos assuntos de seu Colégio de Bispos;

Os Bispos desta Igreja concordam que nenhuma nova diocese ou bispado será criado em qualquer Província desta Igreja sem consulta prévia e subsequente conselho e consentimento do Colégio dos Bispos desta Igreja.

12.2 (A) Após a eleição de um homem (que ainda não seja membro do Colégio dos Bispos) para o episcopado ou para um bispado vago ou novo em qualquer Província, o nome do referido Bispo eleito será encaminhado ao Secretário do Colégio, juntamente com

(1) seu curriculum vitae fornecendo provas satisfatórias de que ele é

(a) um homem de significativa experiência pastoral a nível paroquial, decanato e/ou diocesano;

(b) um homem de disciplina espiritual na oração privada, nos ofícios diários e no recurso regular aos Sacramentos da Igreja; e

(c) um homem que estudou e demonstrou competência em nível acadêmico, de modo que seja capaz de participar com competência em discussões e debates internacionais e ecumênicos sobre temas teológicos;

e

(2) Profissão de Fé assinada pelo Bispo eleito conforme Anexo 2.

(B) O Secretário do Colégio dos Bispos enviará estes documentos a cada membro do Colégio.

(C) Dentro de 30 dias após o recebimento do aviso de eleição e dos documentos que o acompanham do Secretário do Colégio, cada Bispo deve encaminhar ao Secretário seu voto (que não deve ser retido injustificadamente) ou sua recusa em aprovar, em relação ao Bispo eleito.

(D) Ao receber votos favoráveis da maioria dos membros do Colégio, o Secretário do Colégio dos Bispos confirmará a eleição e o Primaz, em nome do Colégio, emitirá

documentos de confirmação da eleição e (quando necessário) um Mandato de Consagração, aos respectivos funcionários da Província envolvida.

13. DIÁLOGO ECUMENICO E COMUNIO IN SACRIS

13.1 Reconhecendo que "Nós, muitos, somos um só corpo em Cristo, porque todos participamos de um só pão", e lembrando a injunção apostólica de fazer o bem a todos os homens e especialmente aos que são da família da fé, esta Igreja regozija-se nas oportunidades que nossa vida comum pode oferecer para esforço comum e testemunho nas áreas de evangelismo, educação, obras de misericórdia e outros imperativos do Evangelho, para maior glória de Deus e salvação de todos os homens.

13.2 Para esses fins, contamos com o Primaz, com o conselho e consentimento do Colégio dos Bispos desta Igreja, para continuar todos os esforços para estabelecer relações ecumênicas com outros corpos eclesiais tentando de boa fé manter a Fé e Ordem tradicionais e ortodoxas com vista à plena comunhão e eventual plena união com esta Igreja.

13.3 O Primaz, com o conselho e consentimento do Colégio dos Bispos, terá a responsabilidade específica de entrar e iniciar tais conversas com os Bispos de outras comunidades ortodoxas dentro da Igreja Una, Santa Católica e Apostólica, como pode promover a Unidade que é a vontade de Cristo para Sua Igreja.

13.4 Embora a principal autoridade e voz responsável pelas relações ecumênicas desta Igreja recaia sobre o Primaz, isso não impedirá uma Província desta Igreja de buscar relações ecumênicas com outros corpos eclesiais dentro de seus limites geográficos, tentando de boa fé manter a fé tradicional e ortodoxa e Ordem; desde que, ao buscar tais relações ecumênicas, o Colégio dos Bispos seja informado na primeira oportunidade possível, e o conselho do Colégio dos Bispos seja buscado e considerado.

13.5 Qualquer Igreja, Província ou outro corpo ou corpos eclesiásticos, desejando entrar em um acordo de intercomunhão ou *communio in sacris* com esta Igreja, ou com uma Província ou Províncias desta Igreja, deve cumprir e concordar com os *Requisitos para Intercomunhão (Communio in Sacris) com a Igreja Anglicana Tradicional* adotada pelo Colégio dos Bispos.

13.6 Qualquer intercomunhão ou *communio in sacris* acordo decorrente de relações ecumênicas, ou qualquer união eclesial com outra Igreja ou corpo ou corpos eclesiais, seja entre esta Igreja ou uma Província ou Províncias desta Igreja, não deve ser celebrado nem acordado sem o conselho e consentimento do Colégio dos Bispos.

14. ALTERAÇÕES A ESTA CONSTITUIÇÃO

14.1 As propostas de alteração, acréscimos ou emendas a esta Constituição podem ser oriundas de:

(A) O Primaz;
(B) O Colégio dos Bispos;
(C) Um Bispo Ordinário de qualquer Província desta Igreja; ou
(D) O Sínodo Nacional ou Provincial ou órgão equivalente de qualquer Província desta Igreja;

e deve ser apresentado por escrito ao Secretário do Colégio dos Bispos.

14.2 Após o recebimento de tal proposta, o Secretário do Colégio dos Bispos deverá encaminhá-la a cada membro do Colégio.

14.3 Cada membro do Colégio dos Bispos pode encaminhar qualquer proposta a tal órgão ou órgãos consultivos apropriados que possam existir dentro de sua jurisdição.

14.4 Em sua próxima reunião em sessão plenária após o recebimento de tal proposta, o Colégio dos Bispos pode considerar a proposta e, sujeito às disposições da Seção 14.5 abaixo, pode alterar, acrescentar ou emendar esta Constituição conforme julgar adequado por três da quarta maioria de votos concorrentes, tanto entre os Bispos como entre as Províncias; ou pode adiar a consideração de tal proposta até sua próxima reunião subseqüente, aguardando mais consultas e pareceres.

14.5 Qualquer emenda do Colégio dos Bispos a esta Constituição será apresentada ao Sínodo Geral seguinte, que ratificará ou rejeitará a emenda por meio de dois terços dos votos em cada Casa.

14.6 As emendas a esta Constituição adotadas pelo Colégio dos Bispos e ratificadas pelo Sínodo Geral de acordo com esta Seção entrarão em vigor imediatamente, a menos que seja especificamente previsto que elas entrarão em vigor em alguma data futura designada.

15. DATA EFETIVA DESTA CONSTITUIÇÃO

15.1 Esta Constituição entrará em vigor mediante ratificação, endosso ou indicação semelhante de aceitação por pelo menos dois terços dos Sínodos apropriados ou órgãos equivalentes das Igrejas e Províncias membros desta Comunhão, conforme estabelecido no Anexo 1 deste documento, por meio do procedimento que será estabelecidos em cada um desses órgãos membros.

15.2 Onde a frase "Sínodos apropriados ou órgãos equivalentes" de uma Província desta Igreja, ou de uma aspirante a Igreja ou outra jurisdição eclesiástica, é usada nesta Constituição, ela se refere ao mais alto órgão legislativo de cada uma dessas Províncias, ou aspirante a Igreja ou outra jurisdição eclesiástica, por qualquer designação, como 'Sínodo Provincial', 'Sínodo Sagrado', 'Sínodo Geral', 'Bispo-em-Conselho', 'Conselho Geral' ou similares.

ANEXO 1

As Províncias da Igreja Anglicana Tradicional são:

(A) A Igreja Católica Anglicana na Austrália;
(A Igreja Anglicana Tradicional na Austrália)

(B) A Igreja Católica Anglicana do Canadá;
(A Igreja Anglicana Tradicional no Canadá)

(C) A Igreja Anglicana na América;
(A Igreja Anglicana Tradicional na América)

(D) A Igreja Anglicana da Índia (sendo a legítima sucessora da Igreja da Índia, Paquistão, Birmânia e Ceilão);
(A Igreja Anglicana Tradicional na Índia)

(E) A Província da Igreja Anglicana na América Latina;
(A Igreja Anglicana Tradicional na América Latina)

(F) A Província da África da Igreja Anglicana Tradicional;
(A Igreja Anglicana Tradicional na África)

(G) A Igreja da Irlanda (Rito Tradicional);
(A Igreja Anglicana Tradicional na Irlanda)

(H) A Igreja Anglicana Tradicional na Grã-Bretanha; e
(A Igreja Anglicana Tradicional na Grã-Bretanha)

(I) A Igreja do Estreito de Torres.
(Igreja Anglicana Tradicional do Estreito de Torres)

ANEXO 2

PROFISSÃO DE FÉ

A ser feita pelos eleitos ou indicados para o OFÍCIO DE BISPO NA IGREJA DE DEUS

EU ***N.*** com fé firme, creio e professo tudo o que está contido no Símbolo da fé: a saber:

A Fé dos Apóstolos

Creio em um só Deus, Pai, Todo-Poderoso, criador do céu e da terra, de tudo o que se vê e do que não se vê. Eu creio em um só Senhor, Jesus Cristo, o único Filho de Deus, gerado eternamente do Pai, Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não feito, um em Ser com o Pai. Por meio dele todas as coisas foram feitas. Por nós, homens, e pela nossa salvação, desceu do céu: pelo poder do Espírito Santo encarnou-se da Virgem Maria, e fez-se homem. Por nossa causa foi crucificado sob Pôncio Pilatos; ele sofreu a morte e foi sepultado. Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras; subiu ao céu e está sentado à direita do Pai. Ele virá novamente em glória para julgar os vivos e os mortos, e seu reino não terá fim. Creio no Espírito Santo, o Senhor, doador da vida, que procede do Pai e do Filho. Com o Pai e o Filho ele é adorado e glorificado. Ele falou através dos Profetas. Creio na Igreja una, santa, católica e apostólica. Reconheço um só batismo para remissão dos pecados. Aguardo a ressurreição dos mortos e a vida do mundo que ha-de vir. Amém.

Fé na Sagrada Escritura

Com fé firme, também creio que a Palavra de Deus revelada no Antigo e no Novo Testamento contém todas as coisas necessárias para a Salvação.

Ofício de Ensino dos Bispos

No cumprimento do encargo que me foi confiado em nome da Igreja, reterei o depósito da fé em sua totalidade; devo transmiti-lo fielmente e explicá-lo, e evitarei quaisquer ensinamentos contrários a ele.

Afirmação de São Luís

E, além disso, mantenho com fé constante e firme o ensinamento doutrinário e moral da *Afirmação de São Luís*:

"Na firme convicção de que "seremos salvos pela graça do Senhor Jesus Cristo" e de que "não há outro nome debaixo do céu, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos", e reconhecendo nosso dever de proclamar a salvação de Cristo Verdade para todos os povos, nações e línguas, declaro minha intenção de manter firme a Fé Una, Santa, Católica e Apostólica de Deus.

Eu reconheço a regra de fé estabelecida por São Vicente de Lerins: "Vamos manter o que foi acreditado em todos os lugares, sempre e por todos, pois isso é verdadeira e propriamente católico."

I. PRINCÍPIOS DA DOUTRINA

A Natureza da Igreja

Reunimo-nos como pessoas chamadas por Deus para sermos fiéis e obedientes a Ele. Como Real Povo Sacerdotal de Deus, a Igreja é chamada a ser, de fato, a

manifestação de Cristo no e para o mundo. A verdadeira religião é revelada ao homem por Deus. Não podemos decidir o que é verdade, mas (em obediência) devemos receber, aceitar, valorizar, defender e ensinar o que Deus nos deu. A Igreja foi criada por Deus e está além do controle final do homem.

A Igreja é o Corpo de Cristo em ação no mundo. Ela é a sociedade dos batizados chamados do mundo: nele, mas não dele. Como Noiva fiel de Cristo, ela é diferente do mundo e não deve ser influenciada por ele.

O Essencial da Verdade e da Ordem

Repudiamos todo e qualquer desvio ou afastamento da Fé, no todo ou em parte, e damos testemunho destes princípios essenciais da Verdade evangélica e da Ordem apostólica:

Sagradas Escrituras

As Sagradas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento como o registro autêntico da revelação de Deus sobre Si mesmo, Sua atividade salvadora e exigências morais - uma revelação válida para todos os homens e todos os tempos.

Os Credos

O Credo Niceno como o resumo oficial dos principais artigos da Fé Cristã, junto com o "Credo dos Apóstolos, e aquele conhecido como o Credo de Santo Atanásio para ser "absolutamente recebido e crido" no sentido que sempre tiveram na Igreja Católica.

Tradição

A Tradição recebida da Igreja e seus ensinamentos conforme estabelecidos pelos "antigos bispos e doutores católicos", e especialmente conforme definidos pelos Sete Concílios Ecumênicos da Igreja indivisa, com a exclusão de todos os erros, antigos e modernos.

Os Sacramentos

Os Sacramentos do Batismo, da Confirmação, da Eucaristia, do Sagrado Matrimônio, da Ordem, da Penitência e da Unção dos Enfermos, como sinais objetivos e eficazes da presença contínua e da atividade salvífica de Cristo nosso Senhor entre o Seu povo e como meio pactuado de transmitir Sua graça. Em particular, afirmamos a necessidade do Batismo e da Santa Eucaristia (onde eles podem ser obtidos) -- Batismo como incorporação de nós em Cristo (com sua conclusão na Confirmação como o "selo do Espírito Santo"), e a Eucaristia como o sacrifício que nos une ao todo-suficiente Sacrifício de Cristo na Cruz e ao Sacramento no qual Ele nos alimenta com Seu Corpo e Sangue.

Ordens Sacras

As Sagradas Ordens de Bispos, Presbíteros e Diáconos como a perpetuação do dom de Cristo do ministério apostólico à Sua Igreja, afirmando a necessidade de um Bispo de Sucessão Apostólica (ou Sacerdote ordenado por tal) como o Celebrante da Eucaristia - estas Ordens consistindo exclusivamente de homens de acordo com a vontade e instituição de Cristo (como evidenciado pelas Escrituras), e a prática universal da Igreja Católica.

Diaconisas

O antigo ofício e ministério das diaconisas como vocação leiga para as mulheres, afirmando a necessidade de um incentivo adequado a esse ofício.

Dever dos Bispos

Bispos como Apóstolos, Profetas, Evangelistas, Pastores e Mestres, bem como seu dever (juntamente com outros clérigos e leigos) de guardar e defender a pureza e integridade da Fé e do Ensino Moral da Igreja.

A Utilização de Outras Fórmulas

Ao afirmar esses princípios, reconhecemos que todas as declarações de fé anglicanas e fórmulas litúrgicas devem ser interpretadas de acordo com eles.

Incompetência dos órgãos da Igreja para Alterar a Verdade

Rejeitamos qualquer direito ou competência para suprimir, alterar ou emendar qualquer um dos antigos Credos Ecumênicos e definições de Fé, para anular ou afastar-se da Sagrada Escritura, ou para alterar ou desviar-se dos pré-requisitos essenciais de qualquer Sacramento.

Unidade com Outros Crentes

Declaramos nossa firme intenção de buscar e alcançar a plena Igreja sacramental e a unidade visível com outros cristãos que "adoram a Trindade na Unidade e a Unidade na Trindade" e que mantêm a Fé Católica e Apostólica de acordo com os princípios anteriores.

II. PRINCÍPIOS DE MORALIDADE

A consciência, como o conhecimento inerente do certo e do errado, não pode permanecer sozinha como um árbitro soberano da moral. Todo o cristão é obrigado a formar sua consciência pela Lei Moral Divina e pela Mente de Cristo, conforme revelada nas Sagradas Escrituras, e pelo ensinamento e Tradição da Igreja. Sustentamos que, quando a consciência cristã é devidamente informada e governada, ela deve afirmar os seguintes princípios morais:

Responsabilidade Individual

Todas as pessoas, individual e coletivamente, são responsáveis perante seu Criador por seus atos, motivos, pensamentos e palavras, pois "todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo . . ."

Santidade da Vida Humana

Todo o ser humano, desde a sua concepção, é criatura e filho de Deus, feito à Sua imagem e semelhança, uma alma infinitamente preciosa; e que tirar uma vida injustificável ou indesculpável é sempre pecaminoso.

Dever do Homem para com Deus

Todas as pessoas estão sujeitas aos ditames da Lei Natural e à Vontade revelada de Deus, na medida em que podem discerni-los.

Vida em Família

O vínculo sacramental dado por Deus no casamento entre um homem e uma mulher é a provisão amorosa de Deus para a procriação e a vida familiar, e a atividade sexual deve ser praticada apenas dentro dos laços do Sagrado Matrimônio.

Homem como Pecador

Reconhecemos que o homem, como herdeiro do pecado original, está "muito longe da justiça original" e, como rebelde contra a autoridade de Deus, está sujeito ao Seu justo julgamento.

Homem e a Graça de Deus

Reconhecemos, também, que Deus ama Seus filhos e particularmente demonstrou isso na obra redentora de nosso Senhor Jesus Cristo, e que o homem não pode ser salvo por nenhum esforço próprio, mas pela Graça de Deus, por meio do arrependimento e aceitação do perdão de Deus.

O Dever do Cristão de Ser Moral

Acreditamos, portanto, que é dever da Igreja e de seus membros dar testemunho da Moralidade Cristã, segui-la em suas vidas e rejeitar os falsos padrões do mundo".

Na véspera do meu chamado para o ministério de Bispo na Santa Igreja de Deus, livre de qualquer consideração de Simony ou coerção, invocando a ajuda de Deus Todo-Poderoso e de toda a companhia do céu, eu professo esta fé.

Datado. . . . . .

Assinado. . . . . .

Testemunhado. . . . . .

Testemunhado. . . . . .